

O DIREITO À EDUCAÇÃO BÁSICA DE PESSOAS NEGRAS COM DEFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL

Georgton Anderson da Silva

Doutorando em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São

Paulo (FEUSP). e-mail: georgton.a88@usp.br.

Carla Biancha Angelucci

Professora Associada no Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da

Educação (EDF) na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

(FEUSP). Livre-docente em Educação pela Faculdade de Educação da

Universidade de São Paulo (FEUSP). e-mail: b.angelucci@usp.br.

RESUMO

Este trabalho discute o direito à educação básica de pessoas negras com deficiência e sustenta a interseccionalidade como ferramenta analítica estratégica para o enfrentamento das assimetrias educacionais. Ao tornar explícito como a deficiência se articula a outros marcadores sociais, especialmente cor/raça, a abordagem interseccional expõe padrões singulares de produção de disparidades, demandando respostas críticas e integradas. Parte-se do entendimento de que o direito à educação, inscrito e assegurado pela Constituição Federal de 1988, é um direito fundamental; entretanto, quando analisado sob uma perspectiva interseccional, salienta-se que a população com deficiência e a população negra encontram barreiras estruturais historicamente naturalizadas, que afetam o acesso, a permanência e as trajetórias na educação básica. Com base nessas premissas, argumenta-se que políticas educacionais precisam considerar, de modo simultâneo e articulado, deficiência, cor/raça, gênero, classe e outros marcadores sociais para que possam enfrentar desigualdades e responder às demandas concretas dos sujeitos. Em vez de intervenções fragmentadas, propõe-se uma agenda interseccional que efetive o direito à educação em sua integralidade e confronte a reprodução de desigualdades no sistema educacional.

Palavras-chave: Educação básica; direito à educação; pessoas com deficiência; pessoas negras; interseccionalidade.

INTRODUÇÃO

Este resumo apresenta resultados da minha pesquisa de mestrado, que investigou os processos de escolarização de pessoas negras com deficiência na educação básica da Região Metropolitana de São Paulo com o objetivo de analisar como desigualdades estruturais incidem nas trajetórias escolares, especialmente sobre o acesso, permanência e conclusão dessa etapa do ensino em instituições públicas.

Os referenciais teórico-metodológicos adotados foram a escrevivência e a interseccionalidade, ferramenta analítica relevante para explicitar como as dinâmicas de poder operam na sociedade, e em diálogo com a compreensão da deficiência como marcador social da diferença, reconhece a deficiência não como uma condição individual, mas como categoria social e política que, em intersecção com outros marcadores, produz e reproduz desigualdades de base histórica e estrutural. Esse enfoque interseccional destaca a necessidade de investigar tais articulações à luz da cultura e das relações de poder, a fim de compreender melhor como as assimetrias se entrelaçam e produzem camadas adicionais de exclusão e vulnerabilidade para determinados grupos (Collins; Bilge, 2021).

Nesse cenário, observa-se que pessoas com deficiência e pessoas negras têm sido, historicamente, marginalizadas. Atualmente no Brasil, de acordo com o Censo Demográfico de 2022, cerca de 14,4 milhões de pessoas (7,3% da população) declaram ter algum tipo de deficiência (IBGE, 2025), enquanto a população negra, composta por pretos e pardos, ultrapassa 112 milhões, correspondendo a 55% do total nacional (IBGE, 2023).

As informações censitárias apontam que as populações com deficiência e negras apresentam menor acesso à educação básica no Brasil. Entre as pessoas com 15 anos ou mais com deficiência, a taxa de analfabetismo chega a 21,3%, quatro vezes superior à da população sem deficiência, que é de 5,2%. Entre aquelas com 25 anos mais, 63,1% não concluíram o ensino fundamental e 25,2% completaram a educação básica obrigatória, em contraste com 32,3% e 53,4%, respectivamente, entre as pessoas sem deficiência (IBGE, 2025).

A taxa de analfabetismo entre pessoas pretas ou pardas com 15 anos ou mais foi de 7,4%, mais que o dobro registrado entre as pessoas brancas, 3,4%. Na faixa de 18 a 24 anos, 36,7% das pessoas brancas estavam matriculadas em alguma etapa

educacional, contra 26,2% da população negra. Em 2022, 47% da população negra concluiu a educação básica obrigatória, frente a 60,7% entre pessoas brancas (IBGE, 2024).

Em análise preliminar, embora constituam parcelas significativas da sociedade e dos avanços normativos conquistados nos últimos anos, de forma separada, persistem assimetrias que se materializam em disparidades socioeconômicas e educacionais, incidindo de maneira mais acentuada sobre esses grupos (Silva, 2023), reforçando que ambas as condições estão profundamente entrelaçadas em condições específicas de exclusão e em dinâmicas estruturais de desigualdades.

Diante desse cenário, essa abordagem pode orientar políticas públicas mais eficazes e inclusivas, capazes de enfrentar simultaneamente as múltiplas barreiras, produzindo respostas que possam garantir a efetivação do direito à educação. O texto também oferece uma contribuição ao debate acadêmico e às práticas de pesquisa ao demonstrar a relevância da interseccionalidade na análise e no enfrentamento das desigualdades

A INTERSECCIONALIDADE COMO FERRAMENTA ANALÍTICA: APONTAMENTOS PARA UMA ANÁLISE CRÍTICA

A produção acadêmica brasileira sobre deficiência tem avançado ao compreendê-la como marcador social da diferença, uma categoria que organiza classificações e diferencia indivíduos e grupos, influenciando a maneira como as pessoas são percebidas, tratadas e como interagem na sociedade (Moutinho, 2014; Lopes, 2020) e que podem ser mobilizadas para hierarquizar sujeitos e perpetuar desigualdades. Esse deslocamento, impulsionado pelo modelo social da deficiência e pelos estudos feministas, ampliou o debate teórico-político ao enfatizar as barreiras estruturais que impedem a participação plena e a intersecção entre marcadores sociais nas experiências das pessoas com deficiência.

O modelo social da deficiência, formulado por Michael Oliver em 1983 a partir das contribuições do movimento de pessoas com deficiência na Inglaterra, rompeu com a abordagem centrada na orientação médica ao posicionar essas pessoas como sujeitos de direitos. Essa concepção interpreta a deficiência como uma construção social resultante de barreiras impostas pela sociedade, destacando que exclusão e

marginalização decorrem de estruturas que desconsideram a diversidade humana (Oliver, 1996; Mello; Nuernberg, 2012).

A primeira geração de teóricos do modelo social, influenciada pelo materialismo histórico, analisou a opressão das pessoas com deficiência no capitalismo, que valoriza corpos produtivos e marginaliza os considerados “improdutivos”. Já a segunda geração, orientada pelo feminismo, focada na questão de gênero, incorporou debates sobre cuidado, interdependência e vulnerabilidade, apresentando questionamentos tanto ao modelo social quanto ao modelo médico, trazendo críticas à independência como parâmetro de igualdade e destacando os direitos reprodutivos e sexualidade das mulheres com deficiência (Diniz, 2007; Gesser; Nuernberg; Toneli, 2013).

Mais recentemente, os estudos advindos do feminismo negro, especialmente a partir do conceito de interseccionalidade, ampliaram o debate sobre a deficiência ao articulá-la a outros marcadores sociais, como cor/raça e classe. Concepção teórica formalizada por Kimberlé Crenshaw com base na Teoria Racial Crítica estadunidense, tornou-se uma ferramenta analítica central para a compreensão de como diferentes sistemas de dominação se articulam na produção das desigualdades. Crenshaw (2002) destaca que raça, gênero e classe não atuam de forma isolada e, no caso das mulheres negras, racismo e sexismo as coloca em situações de exclusão específicas, marcadas por esses sistemas de dominação.

Esse referencial reconhece a complexidade das opressões, abrindo caminho para refletir sobre as múltiplas combinações de opressões em outros contextos sociais e reforça a necessidade de estratégias políticas integradas para combatê-las. Nessa direção, a interseccionalidade assume caráter transdisciplinar ao articular diferentes áreas do conhecimento para investigar injustiças sociais e suas complexidades (Bilge, 2009). Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) complementam essa ideia argumentando que a interseccionalidade vai além de identificar categorias sobrepostas: trata-se de uma ferramenta e referencial crítico que analisa como as estruturas de poder sustentam desigualdades históricas e estruturais.

No campo da deficiência, a incorporação desse conceito traz um salto analítico importante, o modelo social e o feminismo hegemônico, já haviam reposicionando a deficiência como marcador social; ao ser integrada, a interseccionalidade possibilitou reconhecer que essas barreiras são atravessadas por cor/raça, gênero, classe e outros marcadores, criando formas específicas de exclusão. No contexto educacional

e das políticas públicas, a interseccionalidade se destaca por considerar as particularidades dos grupos vulneráveis, compreendendo que as análises que consideram apenas deficiência ou cor/raça tendem a negligenciar as experiências que se constroem na intersecção desses marcadores.

Neste enquadramento, para a pesquisa mencionada anteriormente, foram definidos critérios de seleção que resultaram na participação de três pessoas: Jeferson, Carolina e Luís (nomes fictícios). As entrevistas, conduzidas a partir de um roteiro semiestruturado e com caráter não diretivo, evidenciaram que capacitismo e racismo produzem ambientes escolares hostis que, constantemente, podem acarretar à negação do atendimento educacional especializado e à dificuldade de acesso, permanência e conclusão da escolarização de pessoas negras com deficiência.

Também foram destacados problemas como a baixa qualidade da educação ofertada, ausência de acessibilidade curricular, práticas pedagógicas padronizadas, pouca diversificação nos processos avaliativos, precariedades na infraestrutura escolar e carência de apoio social e psicológico, fatores que intensificam as desigualdades educacionais.

Nessa direção, as entrevistas revelaram que racismo e capacitismo não atuam de forma isolada, mas se articulam na produção de barreiras educacionais. Essa combinação pode impactar no acesso, na permanência e na qualidade da escolarização de pessoas negras com deficiência na educação básica. Ao reconhecer que as desigualdades se estruturam em conjunto, a avaliação deve ir além de uma abordagem restrita e fragmentada que trata de deficiência ou, cor/raça separadamente. A utilização da interseccionalidade, enquanto ferramenta analítica requer a consideração das interações entre essas diversas categorias (Collins; Bilge, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o estudo demonstrou que a interseccionalidade como ferramenta analítica atua como chave para compreender como racismo e capacitismo se articulam no cotidiano escolar e pode limitar o acesso, a permanência, participação e o sucesso de pessoas negras com deficiência na educação básica. As entrevistas e os dados oficiais explicitaram que, quando políticas educacionais ignoram a intersecção entre diferentes marcadores sociais, reforçam desigualdades em vez de

superá-las. Nesse sentido, a pesquisa revelou que a interseccionalidade não apenas amplia a análise das desigualdades, mas aponta caminhos concretos para políticas educacionais mais inclusivas e equitativas, fortalecendo o direito à educação em sua integralidade.

REFERÊNCIAS

BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. **Diogène**, v. 1 n. 225, 2009. Disponível em: [Théorisations féministes de l'intersectionnalité](#). Acesso: 25 ago. 2024.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. - 2. ed. - São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Constituindo-se sujeito na interseção gênero e deficiência: relato de pesquisa. **Psicologia em Estudo, Maringá**, v. 18, n. 03, p. 419-429, jul./set., 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: população e domicílios – primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2022**: resultados preliminares – Pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: alfabetização: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

LOPES, Pedro. Deficiência na cabeça: percursos entre diferença, síndrome de Down e a perspectiva antropológica. 2020. 389 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

MELLO, Anahí Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 3, pp. 635-655, 2012.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 201-248, 2014.

OLIVER, Michael (Mike). Defining impairment and disability: issues at stake. In: BARNES, Colin; MENCER, Geof. **Exploring the divide: illness and disability**. Leeds: Disability Press, 1996. pp. 29 -54.

SILVA, Georgton Anderson da. **O que os livros escondem, as palavras ditas libertam: indicadores e percepções de pessoas negras com deficiência acerca das suas trajetórias escolares**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e Diferenças) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

EIXOS TEMÁTICO

Eixo prioritário: Raça, gênero e corpos com deficiência: interseccionalidade e desafios contemporâneos.

Eixo secundário: As várias faces da educação: para além da inclusão.

FONTE DE FINANCIAMENTO

Este trabalho contou com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), por meio do programa de Demanda Social (CAPES/FEUSP), e da Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (FUSP).

CONFLITOS DE INTERESSES

Não há conflitos de interesse a declarar.

ÉTICA EM PESQUISA

O desenvolvimento desta pesquisa esteve alinhado às diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 4.871, de 22 de outubro de 2001, da Universidade de São Paulo, que orienta a condução de pesquisas envolvendo seres humanos, respeitando os princípios éticos de autonomia, dignidade e proteção das pessoas participantes.